

## NOTA HISTÓRICA

### A Revista *Jurisprudência Mineira* - 60 anos\*

*Verifica-se com algum atraso o aparecimento desta publicação.*

*Isso se deu em virtude de dificuldades inerentes à organização de uma revista, exigindo um esforço de coordenação de serviços, que demorou mais do que se podia prever.*

*Espera-se, contudo, que dentro de alguns meses a publicação possa sair em dia, cumprindo uma das suas finalidades que é, justamente, a de oferecer, com regularidade, aos juízes, promotores de justiça e advogados, a leitura dos mais recentes julgados dos tribunais do Estado, dos tribunais federais, assim como a legislação e os artigos de doutrina de nossos estudiosos.<sup>2</sup>*

Com essa explicação nascia, em 1950, a Revista *Jurisprudência Mineira*. Em comemoração ao sexagésimo aniversário desse periódico jurídico de tão grande valor, este volume é dedicado à sua trajetória e à sua história.

Como órgão oficial de divulgação da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a *Jurisprudência Mineira* sofreu diversas alterações estruturais ao longo destes sessenta anos. Apesar delas, preservaram-se suas finalidades precípuas, ou seja, a de ser referência na divulgação de julgados proferidos por este Tribunal e de veiculação de trabalhos jurídicos daqueles que muito têm a contribuir para a evolução da ciência jurídica, oferecendo a magistrados, assessores jurídicos, promotores, advogados, professores e estudantes de Direito preciosa fonte de consulta.

Foi criada na gestão do Desembargador Presidente Nísio Baptista de Oliveira, através do Decreto-lei nº 1.630, de 1946, que dispunha sobre a Lei de Organização Judiciária. O art. 265 da referida lei referia-se à Revista. A regulamentação veio posteriormente com o Decreto nº 3.137, de 25 de agosto de 1949, que colocava a cargo da Imprensa Oficial sua publicação, cujo formato era de folheto mensal.

Já no primeiro exemplar, que trazia a seguinte descrição: *Jurisprudência Mineira* - Revista Mensal - Publicação Oficial dos Acórdãos do Tribunal de Justiça

de Minas Gerais, ela ganha o formato de revista, em substituição aos folhetos anteriores, num projeto muito mais ousado, conforme assinala o Presidente à época, Desembargador Nísio Baptista de Oliveira:

Tomando lugar aos folhetos que recolhiam os trabalhos do Tribunal de Justiça, por disposição da Lei de Organização Judiciária, apresenta-se a revista, que ora se inaugura, com programa de tal magnitude e envergadura e com tamanha amplitude, que deixa ver o vasto campo em que se projeta, como autoriza sentir o grandioso futuro que lhe está destinado.<sup>2</sup>

Em virtude dos atrasos para o início da publicação, o volume 01 trouxe os números 01 e 02, correspondentes aos meses de janeiro e fevereiro de 1950. No seu primeiro volume, o Presidente, Desembargador Nísio Baptista de Oliveira, elogia e ressalta a importância da atitude do então Governador Milton Campos, de criar a Revista, assinalando que nesta ocasião ele lançava a “semente cuja germinação há de engrandecer, por sua força atrativa, em que se encerra poderosa fonte de incentivos, o estudo da ciência do direito”.<sup>3</sup>

A Revista, durante esses 60 anos de vida, publicou mais de 187 volumes. Dentre eles, destaca-se o de nº 129, publicado no ano de 1995, no qual é prestada justa homenagem ao ilustre e saudoso magistrado, ex-Presidente da Casa, Desembargador Amílcar de Castro. Nesse volume especial, estão reproduzidos alguns de seus pareceres.

Igualmente se destaca o volume especial nº 130, dedicado à Memória do Judiciário Mineiro. Nele, estão contidas notas biográficas redigidas pelo Des. Antônio Pedro Braga dos Presidentes do TJMG, desde 1874, e dos Desembargadores que ascenderam à Suprema Corte Brasileira. Contém ainda, especialmente redigida pelo Dr. Ricardo Fiúza, a nota biográfica do 1º Superintendente da Memória do Judiciário, Des. Antônio Pedro Braga. Esse volume histórico traz também a reprodução da “Acta da Instalação do Tribunal da Relação desta cidade de Ouro Preto, Capital da Província de Minas Gerais”.

Na relação de edições especiais, inclui-se a publicação dos Tomos I e II, que trazem o Índice Geral Alfabético e Remissivo referente aos volumes de nº 113 a 150, de 1991 a 1999, em comemoração aos 50 anos da Revista. Destaque-se, finalmente, o de nº 171, que

\* Autoria: Andréa Vanessa da Costa Val e Rosane Vianna Soares, sob a supervisão do Desembargador Hélio Costa, Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro, em 12.03.2009.

<sup>1</sup> Explicação (In: *Jurisprudência Mineira*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, v. 1, n. 1-2, jan./fev. 1950, p. 2).

<sup>2</sup> *Jurisprudência Mineira* pelo Presidente, Des. Nísio Baptista de Oliveira (In: *Jurisprudência Mineira*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, v. 1, n. 1-2, jan./fev. 1950, p. 3).

<sup>3</sup> Idem.

publicou o Ementário Anual, divulgado no *Jornal Minas Gerais*, em 08 de dezembro de 2004.

Em dezembro de 1990, no volume nº 112, teve início a divulgação das decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tornando-se, desse modo, repositório autorizado de jurisprudência daquela Corte, através do registro nº 16, Portaria nº 12/90. Em 2000, a partir do volume nº 151, sob a direção do Desembargador Francisco de Assis Figueiredo, a publicação passa a ser também repositório autorizado de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme Inscrição nº 27/00, de 17.02.2000, no Livro de Publicações Autorizadas desse Tribunal.

O mesmo volume 151 marca a abertura de espaço de publicação à Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), iniciando-se a divulgação de matérias relacionadas com a memória institucional do Poder Judiciário em Minas, dando a sua contribuição, com a difusão da cultura. A partir desse momento, são publicadas notas históricas, fruto de pesquisas sobre fatos relevantes acerca da trajetória da Justiça mineira, bem como assuntos relacionados com memória, patrimônio, sociedade e museu. As notas biográficas de magistrados mineiros, antes publicadas na Revista, passam a ficar sob a responsabilidade da Mejud.

A modernização buscou ampliar o acesso com o lançamento de CD-ROMs, reunindo vários volumes e a legislação codificada. O primeiro CD-ROM foi lançado em 2003, juntamente com a versão impressa do volume 165, contendo os volumes 109 a 165. No trimestre de outubro a dezembro do mesmo ano, juntamente com o volume 166, disponibilizou-se o segundo CD-ROM, contendo os volumes 113 a 166 e o índice anual. No ano de 2004, trimestre de janeiro a março, junto com o volume 167, outro CD-ROM foi colocado à disposição, contendo os volumes 115 a 167. Por último, em 2008, no trimestre janeiro a março, o volume 184 veio acompanhado da versão em CD-ROM. Desde o ano de 2007, encontra-se disponível para acesso em *download*, no site do TJMG, as edições de nº 168 até a de nº 186.

Para aqueles leitores da Capital, que gostam de tê-la impressa, a Revista pode ser comprada na Secretária do TJMG; já os que se encontram fora da Capital, basta entrar em contato com a Escola Judicial Des. Edésio Fernandes (Ejef), por meio da Coordenação de Publicação e Divulgação de Informação Técnica (Codit).

A Revista passou por várias mudanças em seu *layout*. A edição do volume 165, de 2003, apresenta novo *design* gráfico e *layout* de impressão. A capa, por sua vez, ganhou fotos que fazem referência à história do Poder Judiciário em Minas, como as do antigo prédio em Ouro Preto, que abrigou o Tribunal da Relação, de 1874 até a transferência da capital para Belo Horizonte, em 1897. No mesmo espaço, têm-se imagens das montanhas - símbolo da mineiridade - e do Palácio da Justiça no ano de sua inauguração, em 1911, e após a última grande reforma, realizada no final da década de 50 e início da década de 60.

O fato importante que alterou substancialmente, dessa vez em seu conteúdo, foi a fusão dos Tribunais de Justiça e Alçada, passando a divulgar também acórdãos dos Desembargadores do extinto Tribunal de Alçada, a partir volume 172. Fato que valorizou a história da “Casa da Justiça Mineira”, agora motivo da capa da Revista, unificada em um único Tribunal.

No ano de sua criação, em 1950, a *Revista Jurisprudência Mineira* foi subordinada à Presidência do TJMG, condição mantida pelo art. 39 da Resolução nº 46, de 1970, que contém a Organização Judiciária do Estado de Minas Gerais:

Art. 39. A Revista “Jurisprudência Mineira”, órgão oficial do Poder Judiciário, é serviço auxiliar do Tribunal de Justiça e ficará subordinada diretamente ao seu Presidente.

Parágrafo único. A Diretoria de Jurisprudência e Legislação, sujeita ao Regulamento da Secretaria do Tribunal, encarregar-se-á da publicação da Revista e terá as atribuições que lhe forem cometidas pelo Tribunal.

O art. 33 do referido Diploma Legal estabelece as atribuições do Presidente, dentre as quais está, segundo o inciso XLV, a de dirigir a publicação da *Jurisprudência Mineira*, podendo pedir a cooperação de um Desembargador, sem prejuízo de suas funções. Tal assertiva é reforçada pelo que dispõe o art. 364: “São órgãos oficiais das publicações do Poder Judiciário o *Diário do Judiciário* e a *Jurisprudência Mineira*”.

A Resolução nº 53, de 26 de maio de 1972, altera a Resolução nº 46/1970, estabelecendo a Diretoria de Jurisprudência e Legislação, diretamente ligada à Presidência, como responsável pela publicação da Revista.

O Presidente do TJMG, através da Portaria nº 160/1971, de 24 de agosto de 1971, designa o Desembargador Régulo da Cunha Peixoto para dirigir a publicação da *Jurisprudência Mineira*. Ele foi o primeiro Superintendente do periódico e exerceu seu mandato até o mês de agosto de 1977. Logo após, assume o Desembargador Sylvio Morais Lemos, que permaneceu no cargo até o dia 28 de março de 1978. Subsequentemente, assumiu o Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena até dezembro de 1979. E, de janeiro de 1980 a março de 1982, o Superintendente passou a ser o Desembargador José Costa Loures.

A Lei nº 7.655, de 21 de dezembro de 1979, em seu art. 23, § 3º, inciso XXII, estabelece as atribuições administrativas do Presidente. Dentre as quais, o retorno da direção da Revista:

Art. 23 [...]

§ 3º São atribuições administrativas do Presidente:

[...]

XXII - dirigir a publicação da “Jurisprudência Mineira”, podendo pedir a cooperação de Desembargador, sem prejuízo de suas funções.

Dessa maneira, assume a Diretoria da Revista, até setembro de 1982, o então Presidente do TJMG, Desembargador José de Castro, seguido pelo Desembargador Geraldo Reis Alves até 19.08.1983 e pelo Desembargador Régulo da Cunha Peixoto até 26.08.1985.

Considerando o dispositivo retrocitado, a partir de abril de 1982, o Desembargador José Costa Loures é nomeado Diretor-Cooperador até 03.05.1984. Em seguida, assume o Desembargador Hélio Costa, que permanece no cargo até junho de 1985. Dirige a Revista nesse período, o Desembargador Hélio Armond Werneck Côrtes, até dezembro de 1986, e o Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira, até 24 de fevereiro de 1988.

A Resolução nº 35, de 4 de dezembro de 1981, estabelece que a Revista ficará subordinada à Diretoria de Jurisprudência, Pesquisa e Legislação, deixando de ser subordinada à Presidência, conforme dispõe seu art. 4º:

Art. 4º A Secretaria e os Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais têm a seguinte estrutura orgânica:

[...]

III - Órgãos de Administração Geral;

III. 10 - Diretoria de Jurisprudência, Pesquisa e Legislação;

III.10.3 - Revista Jurisprudência Mineira.

Em 1989, a Resolução nº 141, de setembro desse mesmo ano, estabelece a subordinação da Revista à Secretaria Judiciária:

Art. 4º A Secretaria do Tribunal de Justiça tem a seguinte estrutura orgânica:

5. Órgãos de Administração Geral,

5.4 - Secretaria Judiciária,

5.4.12 - Diretoria de Jurisprudência, Biblioteca e Pesquisa,

5.4.12.3 - Revista Jurisprudência Mineira.

Com a Resolução nº 96, de 24 de fevereiro de 1988, passa a ser de competência do Segundo Vice-Presidente a direção da Revista, ficando essa responsabilidade a cargo do Desembargador José Fernandes Filho:

Art. 1º [...]

§ 5º É da competência e das atribuições do Segundo Vice-Presidente:

[...]

VII - Dirigir a publicação da Revista 'Jurisprudência Mineira'.

Com a nova alteração na direção da Revista, promovida pela Resolução 115/1988, a direção da mesma passa ao Primeiro Vice-Presidente:

Art. 1º O art. 1º, § 4º, da Resolução nº 96, de 26.02.88, fica acrescido do inciso XVI:

'Art. 1º [...]

§ 4º [...]

XVI - superintender os Serviços de Pesquisa, Biblioteca e da Revista Jurisprudência Mineira'.

O Desembargador José Fernandes Filho, 1º Vice-Presidente à época, que permaneceu no cargo até 12 de dezembro de 1990, foi sucedido pelos seguintes Desembargadores: Lincoln Rocha, que permaneceu até 23.05.1992; José Norberto Vaz de Mello, até 10.12.1992; José Costa Loures, até 11.05.1994; Paulo Tinôco, até junho de 1996; Bady Raimundo Curi, até junho de 1998; Francisco Figueiredo, até 28.06.2000; Rubens Xavier Ferreira, até 11.09.2001; e José Guido de Andrade, até junho de 2002.

Nova modificação foi introduzida quando a direção da Revista passou para o Segundo Vice-Presidente do TJMG. A Resolução nº 401, de 19 de setembro de 2002, que contém regulamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e altera a Resolução nº 388, de 26 de abril de 2002, apresenta a estrutura organizacional da Ejef, à qual a Revista fica subordinada. O diploma acima é revogado pela Resolução nº 521, de 8 de janeiro de 2007, que contém a estrutura organizacional da Ejef. Nela consta como setor responsável pela organização e acesso a informação documental a Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - Dirged, ficando a cargo da Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas a divulgação das informações técnicas e a Coordenação de Informação Técnica - Codit, responsável pela publicação.

Em virtude dessas alterações, assume a direção, até 19.09.2002, o Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, seguido dos Desembargadores Bady Raimundo Curi, até 19.02.2004; Sérgio Antônio de Resende, até 02.03.2006; Antônio Hélio Silva, até 03.03.2008; o atual Superintendente da Escola Judicial "Des. Edésio Fernandes", Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, assumiu em 07.03.2008.

A presente estrutura gráfica da Revista contém três seções: a primeira, Memória do Judiciário Mineiro, na qual são publicadas duas notas, uma biográfica e outra histórica; a segunda, Doutrina, composta por artigos jurídicos; e a terceira, intitulada Tribunal de Justiça de Minas Gerais, contém a jurisprudência da Corte Superior, cível e criminal deste Tribunal, além de acórdãos selecionados do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Ao final, há o Índice Numérico e o Índice Alfabético e Remissivo.

A edição da Jurisprudência do Tribunal pela Revista *Jurisprudência Mineira* se dá trimestralmente. A Comissão de Divulgação da Jurisprudência, regulamentada pelo art. 9º, x, c, da Res. 420/2003, é responsável pela autorização dos acórdãos que serão publicados, o que também pode ser feito pelos próprios Relatores, conforme deliberação daquela Comissão.

Ao longo desses sessenta anos, o que se pode observar é que, apesar das mudanças estruturais sofridas pelo periódico, a Revista *Jurisprudência Mineira* concretizou o prognóstico do Presidente, Desembargador

Nísio Baptista de Oliveira, sendo referência na literatura jurídica para os operadores do Direito em Minas e também fora do Estado. Suas palavras parecem extremamente atuais:

Os cultores do direito, no Estado e no País, têm, com a publicação da *Jurisprudência Mineira*, motivo de justa satisfação, dado que, objetivando, principalmente, a divulgação dos julgados proferidos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, oferece-se também como repositório dos trabalhos jurídicos da magistratura e dos advogados de todo o Brasil.<sup>4</sup>

[...] Esse breve apanhado dá uma idéia da patriótica inspiração que, em boa hora, ditou ao governo tão nobre empreendimento, e sua magnificência bem se apura pela perspectiva que sugere, de uma revista genuinamente regional, mas que olha para todo o Brasil e reclama a cooperação de todos os brasileiros dedicados ao labor de aperfeiçoar a excelência de sua justiça. [...] E, como remate, vale prever que tentame há de um dia reluzir como obra de propaganda para o Estado de Minas Gerais.<sup>5</sup>

### Referências bibliográficas

JURISPRUDÊNCIA MINEIRA. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, v. 1, n. 1-2, jan./fev. 1950.

JURISPRUDÊNCIA MINEIRA. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, v. 68-187, 1977-2009.

MINAS GERAIS (Estado). Decreto-Lei nº 1.630, de 15 de janeiro de 1946. Contém a organização judiciária do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2009.

MINAS GERAIS (Estado). Lei nº 7.655, de 21 de dezembro de 1979. Adapta a organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais (Resolução nº 61 do Tribunal de Justiça, de 8 de dezembro de 1975) à Emenda Constitucional nº 7 e à Lei Complementar Federal nº 35, de 14 de março de 1979. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2009.

MINAS GERAIS (Estado). Lei nº 9.548, de 4 de janeiro de 1988. Modifica artigos da Resolução nº 61, de 8 de dezembro de 1975, do Tribunal de Justiça, com a redação dada pela Lei nº 7.655, de 21 de dezembro de 1979, e alterações posteriores, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2009.

MINAS GERAIS (Estado). Lei Complementar nº 38, de 13 de fevereiro de 1995. Contém a organização e a divisão

judiciárias do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2009.

MINAS GERAIS (Estado). Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001. Contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2009.

MINAS GERAIS (Estado). Lei Complementar nº 85, de 28 de dezembro de 2005. Altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Portaria nº 160, de 24 de agosto de 1971. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/po01601971.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Portaria-Conjunta nº 119, de 9 de maio de 2008. Institui o Diário Judiciário Eletrônico e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/pc01192008.PDF>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 46, de 29 de dezembro de 1970. Contém a Organização e a Divisão Judiciária do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re00461970.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 53, de 26 de maio de 1972. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re00531972.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 61, de 8 de dezembro de 1975. Contém a Organização e a Divisão Judiciária do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 35, de 4 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a organização da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re00351981.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Idem anterior, p.05

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 96, de 24 de fevereiro de 1988. Dispõe sobre a competência do Presidente, do Primeiro e do Segundo Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re00961988.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 115, de 28 de dezembro de 1988. Altera dispositivos da Resolução nº 96, de 26.02.88, que dispõe sobre a competência do Presidente, do Primeiro e do Segundo Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re01151988.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 141, de 27 de setembro de 1989. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re01411989.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 314, de 26 de junho de 1996. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re03141996.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 420, de 1º de agosto de 1996. Regimento

Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re04202003.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 388, de 26 de abril de 2002. Contém o Regulamento e estabelece a estrutura orgânica da Escola Judicial Des. Edésio Fernandes. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re03882002.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 401, de 19 de setembro de 2002. Contém o Regulamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re04012002.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 521, de 8 de janeiro de 2007. Revoga a Resolução nº 401/2002 e passa a dispor sobre a estrutura organizacional e o regulamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJF - e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re05212007.PDF>>. Acesso em 26 out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução nº 530, de 5 de março de 2007. Altera a Resolução nº 420/2003, que contém o Regimento Interno do Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re05302007.PDF>>. Acesso em: 26 out. 2009.

...